



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

A imagem de capa corresponde ao tratamento do texto da Estratégia de Desenvolvimento Regional 2007-2013 através da análise discriminatória elaborada a partir do programa TAGXEDO (com restrição aos elementos de articulação e validação de correlações, sem agregação de termos equivalentes). “Na nuvem aparecem em maior proeminência as palavras que ocorrem com maior frequência no texto”



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

A presente proposta representa uma primeira abordagem estruturada ao Diagnóstico prospetivo da Região, podendo ser reformulada em função dos contributos dos parceiros e atores regionais e das interações em curso.

Nota Prévia

A Região do Algarve, fruto de décadas de desenvolvimento assente no potencial dos seus recursos naturais, consolidou um modelo estrutural que resultou da conjugação das respostas aos impulsos induzidos por estratégias nacionais e internacionais e da capacidade de adaptação, liderança e organização dos atores locais, tendo por base os recursos existentes.

O modelo de desenvolvimento concretizado caracteriza-se, assim, por uma estrutura económica fortemente especializada mas muito dependente de setores cuja competitividade assenta em variáveis e decisões maioritariamente exógenas à região. Fruto desta dinâmica, a Região estruturou um tecido económico, empresarial e um perfil de recursos humanos com alguma rigidez perante os mecanismos de mudança, fazendo com que as alterações estruturais deste quadro exijam longos períodos para se concretizarem.

Neste contexto, o atual período de programação (2007-2013), que introduziu um novo paradigma na lógica das prioridades estruturais da região, enfrentou uma resistência “natural” à mudança por parte do tecido empresarial e da intervenção pública, levando a uma concretização lenta das alterações programadas e a uma ténue adesão às novas prioridades temáticas.

A este constrangimento estrutural, associou-se o facto do exercício de programação do QREN 2007-2013 ter sido preparado num contexto macroeconómico marcado por uma perspetiva de manutenção de um ritmo sustentado de crescimento económico impulsionado pelo desenvolvimento das grandes economias emergentes, à escala europeia, e por uma tendência de recuperação dos ritmos de investimento à escala Nacional. Os dados de base utilizados como referência do exercício de programação (2003-2005) mostravam uma região a reagir a uma crise conjuntural e com tendência de recuperação. Neste cenário, o papel do investimento público e dos incentivos ao investimento privado surgia, com um carácter supletivo e qualitativo, isto é, orientando e estimulando a iniciativa privada, alargando os campos de aplicação das parcerias entre o setor público e o setor privado e criando condições para a conclusão racional das redes de bens públicos e semipúblicos (reforçando a aposta numa orientação supra concelhia).

A qualificação da Administração Pública e o aumento da eficiência da ação do Estado surgia, por outro lado, não apenas como um instrumento para a diminuição dos custos de contexto empresariais mas, também, como um instrumento para uma maior eficácia na articulação entre os instrumentos e políticas de valorização do território e de promoção da competitividade.

O contexto de execução do QREN foi-se, no entanto, alterando significativamente ao longo da sua vigência, modificando, desse modo, o próprio quadro de problemas, necessidades, comportamentos e desafios da sua “população-alvo” e confrontando a sua gestão com transformações substanciais e profundas onde se destacam:

- As alterações na evolução da rentabilidade das empresas e das expectativas dos investidores e, portanto, nas características e ritmos da procura dirigida aos diferentes instrumentos de política pública disponibilizados, nomeadamente ao nível do I&DT;
- As importantes oscilações nos fluxos do investimento estrangeiro, seja no seu ritmo, seja na sua orientação, com especial incidência no setor do turismo, onde a abundância de intenções de investimento internacional se foi transformando em escassez;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

- As progressivas dificuldades de financiamento público e privado, que não só vieram dificultar a disponibilização da contrapartida nacional pública nos projetos aprovados como, sobretudo, geraram dificuldades muito importantes na gestão financeira de universidades, institutos politécnicos e instituições de suporte à atividade empresarial com participação pública e à atividade regular do tecido empresarial.

Por via destes constrangimentos, no atual quadro e no modelo estrutural da Região, tornou-se por vezes difícil encontrar investidores/atores em linha e sensibilizados e/ou com condições para dinamizar projetos centrados nas novas prioridades temáticas.

Este contexto conjuntural de crise de financiamento e de dificuldades do setor económico (com forte incidência nos setores de especialização do modelo regional), o caráter geográfico periférico da região, o facto de ter funcionado como “região ilha” entre regiões em convergência (Alentejo e Andaluzia o que a torna menos atrativa em termos de captação de investimento externo), inviabilizaram de alguma forma os mecanismos que a região tem utilizado em ciclos anteriores e que têm passado por atrair novos investidores de fora da Região.

Por outro lado, as alterações políticas e as oscilações estratégicas no modelo de governação do QREN, o facto de a Região, neste período, ser a única em processo de “*phasing out*” (não recolhendo a suficiente sensibilização nacional para esta particularidade), vieram dificultar, na generalidade, ainda mais a concretização das prioridades de mudança identificadas como fundamentais para a competitividade futura da Região e para a diversificação da sua base económica.

Neste contexto, o Algarve cumpriu um período de forte ajustamento recessivo, em rota de convergência negativa com o desempenho da média nacional (em muitos indicadores a um ritmo superior ao país), que como se tentará demonstrar, nalguns casos (pela duração do ciclo de resultados decrescentes), assume, atualmente não apenas um carácter conjuntural, mas antes um comportamento estrutural do modelo económico, reforçando a ideia de que a inversão deste cenário e o alinhamento com agendas temáticas e prioridades de uma região competitiva no horizonte 2020 implicam necessariamente maiores volumes de investimentos dirigidos aos setores críticos de sucesso.

O Algarve no contexto Nacional - Notas de Reflexão

O processo de “ajustamento” do modelo do Algarve tem sido associado a um processo longo e continuado de perda de competitividade das suas atividades.

Conforme referia o Prof. Augusto Mateus no contexto de avaliação do QCA III e de preparação para o atual período¹, o Algarve (em 2001) afirmava-se, à escala nacional, por bons índices de Coesão (coesão interna de rendimentos, maior nível de esperança média de vida ou número médio de anos de escolaridade, ou ainda maior acessibilidade a um conjunto diversificado de equipamentos - educação, saúde, ação social e cultura/lazer), claramente acima da média nacional, mas por fracos índices de competitividade (abaixo da média nacional) por via “...de uma *“sobre especialização” em atividades de serviços relacionadas com a fileira turística, sector que tradicionalmente penaliza um conjunto de indicadores, como os que se relacionam com a internacionalização da economia e o investimento em atividades de I&D e tecnológicas*”.

¹ “Competitividade, Coesão e Convergência: A ótica específica das Regiões Portuguesas”



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Como ficou demonstrado no referido estudo, esta era uma situação que penaliza em particular o Algarve. Como se pode ver pela figura (Fig.1) (não obstante o investimento decorrente do QCA II), entre 1991 e 2001, o Algarve, embora progredindo claramente nos indicadores sociais, era a região que mais perdia capacidade competitiva.

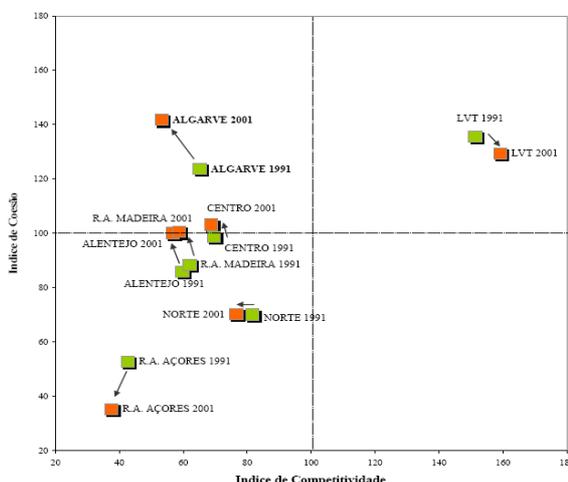
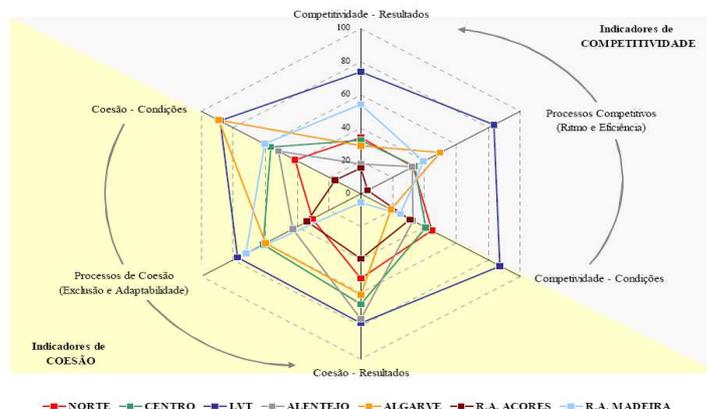


Fig. 1 - Evolução da Competitividade e da Coesão nas NUT II – Trajetórias 1991-95 – 2000-02
(in: "Competitividade, Coesão e Convergência: A ótica específica das Regiões Portuguesas", p.25)

Como se referia então, "Constata-se, desta forma, que parece existir uma tendência significativa para a colocação da "coesão à frente da competitividade", que pode ser mais "desejada" (opções de política pública, escolhas dos eleitores, comportamentos dos cidadãos e dos agentes económicos) ou mais "sofrida" (consequências do aprofundamento da integração europeia e da globalização)."

Esta leitura parece ilustrar que, não obstante a maior facilidade da Região de suprimir falhas ao nível das condições de coesão, a sua tradução em níveis de processo e resultados maiores, nas dimensões das condições de competitividade mostrava incapacidades particularmente evidentes (Fig.2). Os desempenhos apresentados eram globalmente inferiores, situação que é típica de uma região, como o Algarve, que sendo "sobre especializada" em atividades terciárias (turismo e comércio), não apresenta grande potencial tecnológico, de inovação e de capital humano, mas regista elevados desempenhos, quer em termos de resultados (como o elevado nível de vida e grau de convergência do Algarve com a UE), quer em termos de processos (assente, nomeadamente, nas elevadas dinâmica empresarial, produtividade e mobilidade profissional).



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

Fig.2 - Articulação entre Competitividade e Coesão: Condições, Processos e Resultados (NUTS II, 2000-2002)
(in: "Competitividade, Coesão e Convergência: A ótica específica das Regiões Portuguesas", p.23)

O cenário então identificado justificava, como aconteceu, a definição de um novo paradigma de



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

posicionamento para a Região e o quadro de referência do QREN com as suas agendas temáticas concentradas em termos de prioridades.

É neste âmbito que o Algarve assume como desígnio estratégico², afirmar-se como “...uma das regiões mais desenvolvidas do país e da Europa, dotada de recursos humanos altamente qualificados e com uma economia dinâmica, diversificada e competitiva, impulsionada pelo cluster do turismo, recreio e lazer, robustecida pelo surgimento de novos sectores complementares de especialização, qualificada pelo desenvolvimento sustentável de novas atividades e serviços avançados e ancorada na valorização do conhecimento e da inovação, assegurando em simultâneo níveis elevados de emprego, de coesão e proteção social e preservando os valores ambientais.” (Estratégia Regional de Desenvolvimento P.69)

No entanto, e decorridos que estão alguns anos de aplicação do novo referencial estratégico, assiste-se a um posicionamento em contínuo decréscimo de competitividade, agravado agora pelo facto de, em termos da coesão social, a Região apresentar um desempenho abaixo da média nacional (em contra ciclo com o que se verificava na década anterior **Fig.3 e 4**), o que indicia, no mínimo, que em termos relativos o Algarve (neste domínio) estabilizou face às restantes regiões (porque partia de um patamar superior). Este facto é particularmente relevante quando analisamos (como decorre das figuras seguintes³) a aplicação do **Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)**⁴ que “...põe em evidência as regiões que estão melhor colocadas para responder aos atuais desafios económicos e sociais³”. (Relatório 2010 QREN p. 63)

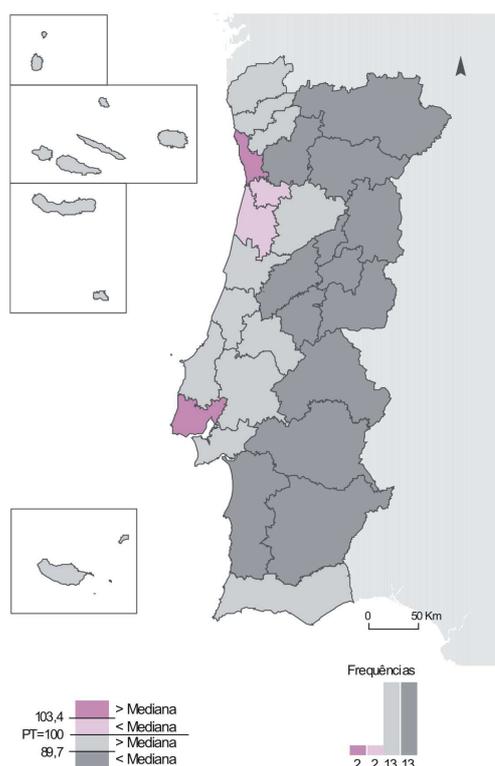


Fig.3 – ISDR. Competitividade (Portugal=100) por NUTS III, 2009

(Fonte: Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2009, INE)

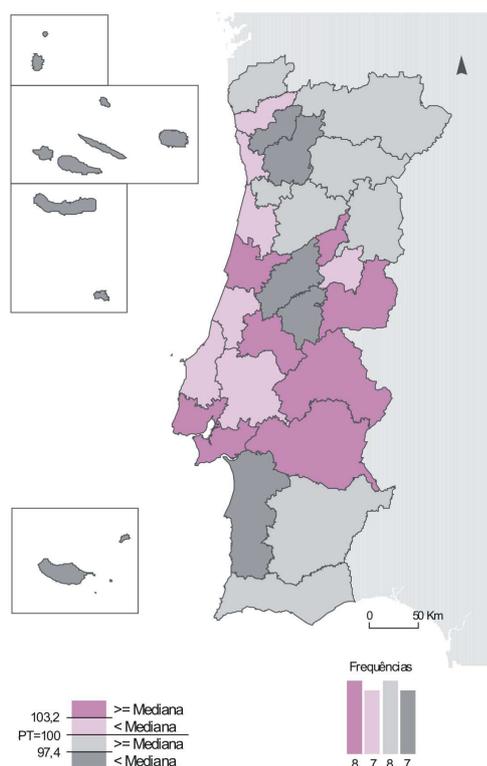


Fig.4 – ISDR. Coesão (Portugal=100) por NUTS III, 2009

² Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2007-2013

³ Extraído do Relatório Anual do QREN (2010), p.64

⁴ Resultante de metodologia desenvolvida em projeto comum do DPP e INE



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Neste contexto de perda continuada de desempenho, não será de estranhar a quebra consistente da evolução do PIB *per capita*, que coloca a Região do Algarve segundo dados provisórios de 2011 em valores muito inferiores aos registados em 1995, em franca divergência com o comportamento registado nas restantes Regiões (NUTS II Fig.5), que mesmo nos casos em que se verificou oscilações negativas, o diferencial não se aproximou da “penalização” verificada para o Algarve (Fig.6).

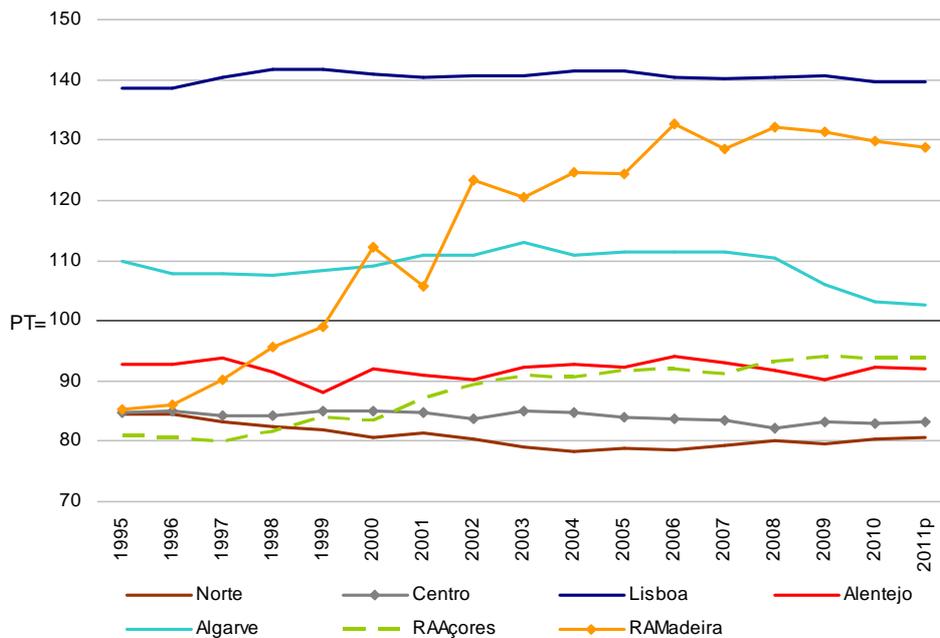


Fig.5 - PIB *per capita*. Índice de disparidade face à média nacional (Fonte Contas Regionais, INE)

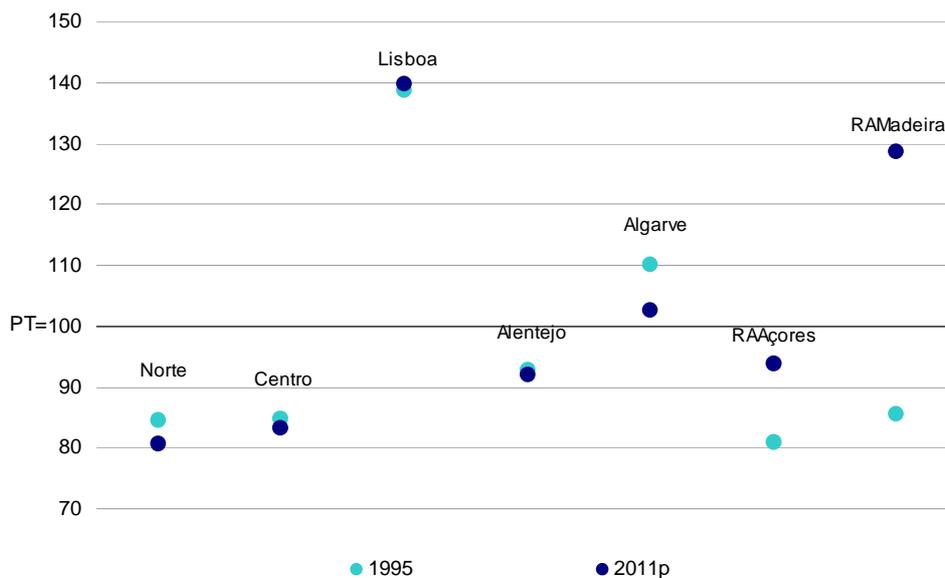


Fig. 6 - PIB *per capita* Algarve. Índice de disparidade face à média nacional⁵ (Fonte Contas Regionais, INE)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Este processo contínuo de perda de competitividade, associado à desaceleração dos mecanismos de concretização da coesão e conjugados com uma redução dos valores do PIB *per capita* regional, conduz o Algarve para o restrito número de regiões que a nível nacional estão num processo de **convergência negativa (Fig.7)**, com a particularidade de ser a Região Algarvia a única que no contexto dos fundos comunitários está a “*caminho*” das Regiões Desenvolvidas. A este processo não será estranho ter existido um desajustamento entre as estratégias com lógica nacional e as especificidades da Região.

Este facto gera um aparente contrassenso, de uma Região que converge com as regiões mais ricas da Europa, à custa da fragilização da sua estrutura económica e da “riqueza” das suas populações.

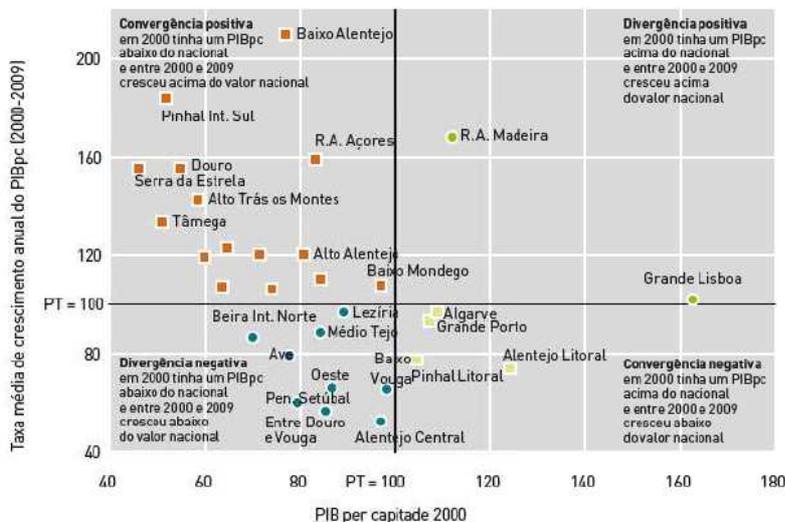


Fig.7 - PIB *per capita* em 2000 e taxa média de crescimento anual PIB *per capita* 2000-2009 por NUTS III (a preços correntes) (In: Relatório Anual do QREN (2010), p.68 – Observatório do QREN)

Este contexto de evolução recente, em face dos resultados do desempenho apresentado, obrigam a Região neste exercício de programação (2014-2020), a reforçar a análise dos constrangimentos e a reavaliar os desafios a propor, tendo em conta que, tendencialmente, o foco na concentração temática das intervenções e o envelope financeiro afeto (indutor de alterações estruturais), vai estreitando a sua capacidade operacional de intervenção e a dimensão de atuação.

A Estratégia EU 2020 coloca ainda um desafio reforçado de foco nos resultados, o que impõe à análise dos constrangimentos identificados uma consolidação das metas de partida e uma quantificação fundamentada dos recursos adequados para atingir os objetivos a que a região se propõe. Neste particular, a estratégia é precisa, para os seus objetivos estruturantes, nas metas estabelecidas com cada estado membro. Cabe agora ao Algarve, no contexto da sua realidade, identificar a capacidade de resposta e o contributo alcançável para este desígnio Nacional, em função dos seus recursos e constrangimentos.



O Algarve no Contexto da Europa 2020 (GAP Assessment)

O desafio da estratégia “Europa 2020” coloca-se, agora, não só aos Estados-Membros, mas, também, às suas Regiões, o Parlamento Europeu “assinala que uma dimensão territorial reforçada da estratégia Europa 2020, que contemple as especificidades e os diferentes graus de desenvolvimento das regiões europeias e que comporte a implicação direta das autoridades regionais e locais, no planeamento e na execução dos programas relevantes conduzirá a um maior sentido de apropriação dos objetivos da estratégia a todos os níveis e garantirá um melhor conhecimento dos objetivos e dos resultados no terreno”. Tendo consciência que “Estes objetivos estão interligados e são determinantes para o êxito global da estratégia”, e “para assegurar que cada Estado-Membro adapta a estratégia Europa 2020 à sua situação específica, a Comissão propõe que os objetivos da UE sejam traduzidos em Objetivos e trajetórias nacionais”.

Para atingir com propriedade estes resultados, importa ao Algarve em linha com as metas nacionais, efetuar uma correta definição do “base line” dos indicadores Regionais. Todavia, este exercício, está dificultado por duas ordens de razões: em primeiro lugar, porque a maioria dos indicadores não tem uma base de apuramento Regional e, em segundo, porque alguns dos indicadores não têm âmbitos de cálculo e mecanismos de recolha claramente definidos (que permitam um apuramento com base nas Regiões). Por outro lado, o Plano Nacional de Reformas (PNR) e os documentos setoriais de referência nestas temáticas, não detêm, nesta fase, base de informação adequada e atualizada para alimentar este exercício.

Sendo certo, no entanto, que a Região não pode e não deve ter a pretensão de responder a todas as metas em linha com o País, os objetivos a alcançar, nestes domínios estratégicos para o Algarve (mais do que o alinhamento com o estatuto de Região que lhe venha a ser atribuído), têm que ser dimensionados e assumidos tendo em conta os constrangimentos específicos e a dimensão do seu envelope financeiro.

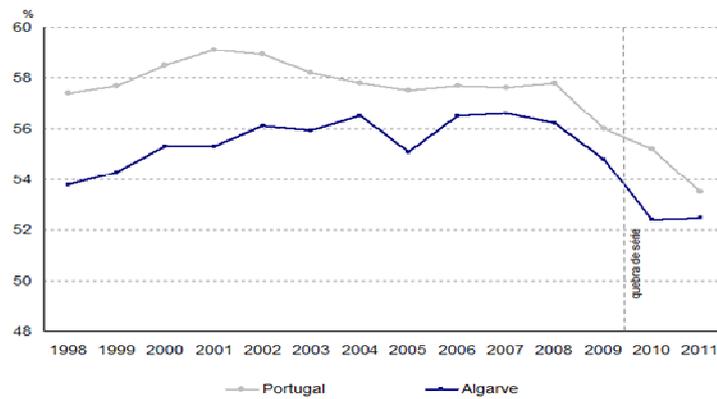
Neste contexto, identifica-se na tabela seguinte a informação disponível para os indicadores de referência e sua evolução (quando regionalizada):

Grande Objetivo EU	Indicadores EU 2020 (com base regional)	Objetivo Portugal	Base EU 27	Base Portugal	Base Algarve
75%	Taxa de emprego (20 - 64 anos) - 2011	75%	68,6%	69,1%	68,6%
3%	I&D em % do PIB - 2009	2,7 – 3,3%	2%	1,6%	0,5%
	I&D em % do PIB público (PNR)	1,0%-1,2%			nd
	I&D em % do PIB privado (PNR)	1,7%-2,1%			nd
10%	Taxa de abandono precoce de educação e formação - 2011	10%	14%	23,2%	26%
	Masculino			28,2%	30,5%
	Feminino			18,1%	21,2%

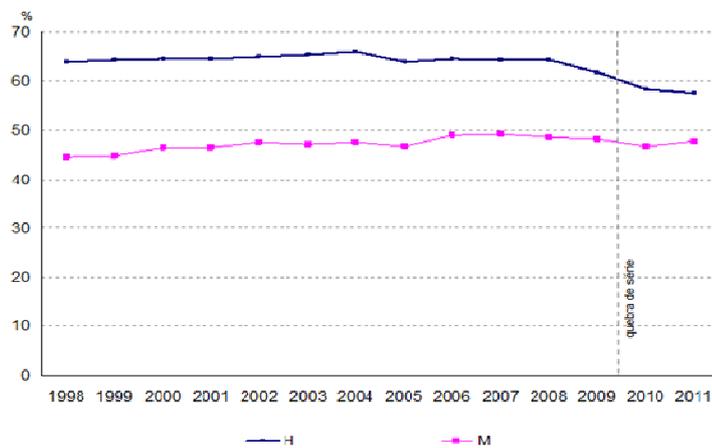


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

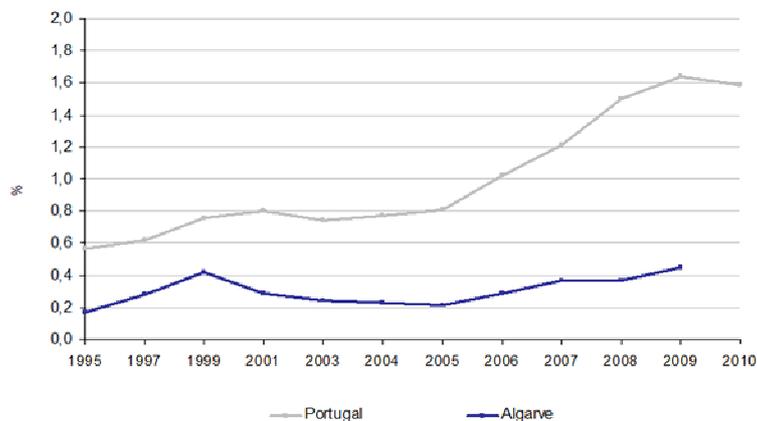
Taxa média de emprego 1998-2011



Taxa de emprego, por género - Algarve

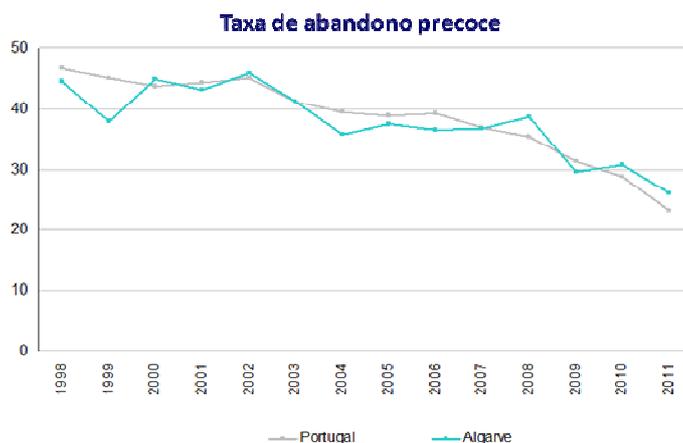


Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%)





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE



Na grelha seguinte são identificados os indicadores sem base regional.

Grande Objetivo EU	Indicadores EU 2020 (<i>sem base regional</i>)	Objetivo Portugal	Base EU 27	Base Portugal	Base Algarve
-20%	Emissões de CO ² (em comparação com os níveis de 1990)	1%			
20%	Energias renováveis	31%			
206,9	Eficiência Energética – Redução do consumo de energia em Mtep	6,00			
40%	Ensino Superior (30-34 anos)	40%		31,5%*	19,7%*
20.000.000 redução	Redução da População em Risco de Pobreza ou de Exclusão Social	200.000 redução	23,4%**	24,4%**	

*(% total de população com ensino superior 2010/11)

**(% de população em risco de pobreza em 2011 dados provisórios Eurostat – PT ± 2.590.000 indivíduos)



Síntese do Diagnóstico Prospetivo

O diagnóstico sintético apresentado centra-se na identificação dos principais constrangimentos estruturantes, procurando caracterizar a sua evolução recente e os suportes de informação adequados para a fundamentação da necessidade de resposta e de intervenção.

A análise estrutura-se em três domínios chave, base estruturante da estratégia a apresentar:

- I - Crescimento Inteligente
- II - Crescimento Sustentável
- III - Crescimento Inclusivo e Capacitação Regional

I – Domínio Chave – Crescimento Inteligente

A dimensão do Crescimento Inteligente assume-se, no atual exercício, como o principal desafio para a Região. Por um lado, enquanto Região de Transição esta deve ser uma temática estruturante (um compromisso de 60 a 70 % do seu envelope financeiro), por outro, dada a especialização da Região na área dos serviços, existem particulares dificuldades em captar e dinamizar investimento empresarial focado na valorização dos recursos endógenos e na introdução de investigação e inovação aplicada (particularmente de base tecnológica). Finalmente, porque a dinâmica das últimas décadas demonstrou fortes constrangimentos na operacionalização destas prioridades, associados à dificuldade de estruturar massa crítica relevante e uma forte resistência à diversificação das atividades (mesmo quando assumida como prioridade estratégica).

Indicador/Variável	Fonte	Unidade de medida (ano)	Algarve	Portugal	Observações
Número de Empresas	INE	N.º (2009)	57 821	1 060 906	É a região do continente com menor dimensão do tecido empresarial (cerca de 5% do total nacional).
Taxa de sobrevivência das Empresas (nascidas 2 anos antes)	INE	% (2010)	44,4%	48,6%	Em 2010 apenas a região de Lisboa regista uma taxa cerca de 1pp abaixo do Algarve.
Proporção de pessoal ao serviço TIC	INE	% (2008)	0,40%	1,87%	É a região com % mais baixa (2008 é o último ano com informação disponível para o Algarve)
Recursos humanos em atividades de I&D	INE	N.º (2009)	1 908	99 695	No continente é a região com o peso claramente inferior (apenas 1,9% do total).
N.º de investigadores	INE	N.º (2009)	1 751	86 369	No continente é a região com o peso claramente inferior (apenas cerca de 2% do total).

	Algarve (2009)*	Algarve (2012)*
% Estabelecimentos da Indústria Transformadora (Alta e Média Tecnologia)	0	0,6%
% Estabelecimentos de Serviços Intensivos em Conhecimento	9,2%	7,9%

Tendo por referência o Universo das empresas localizadas nas 72 Áreas de Localização Empresarial (2009 – 781 estabelecimentos, 2012 – 838 estabelecimentos) – fonte: Algarve Acolhe (Metodologia OCDE 2001)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Esta dificuldade de gerar massa crítica, reflete-se também na capacidade “produtiva” dos centros de conhecimento. Entre 2005 e 2012 a Universidade do Algarve apoiou a criação de 48 empresas de base tecnológica, das quais 13 correspondem a *spin-offs* e 35 a *start-ups* conforme a Tabela.

Spin-Offs e Start-ups (apoiadas pela UAIG)		
	Spin-Offs	Start-ups
Criadas	13	35
Ativas	9	20
Capital próprio	62.312,87 €	125.600,00 €
Capital total (capital próprio mais passivo)	721.986,31 €	491.483,00 €
Volume total de emprego gerado	16	27
Massa salarial total	207.636,53 €	548.397,00 €
Volume de vendas	288.337,34 €	2.242.648,00 €
Volume de vendas para exportação	139.890,00 €	60.612,10 €
Valor acrescentado bruto (Massa Salarial + EBITDA)	300.961,00 €	558.799,00 €
Número médio de trabalhadores	1,78	1,35
Salário médio	23.070,73 €	27.419,85 €
Valor acrescentado bruto por trabalhador	33.440,11 €	27.939,95 €

Fonte: UAIC (2012), Universidade do Algarve

A esta dimensão estratégica, sobrepõe-se a definição (enquanto condicionalidade ex-ante) de uma estratégia de Especialização Inteligente (RIS3), que deve definir de forma integrada os domínios de aposta da região. Nesse contexto, a região encontra-se a rever (com os *players* empresariais e da área do conhecimento e I&I) o Plano Regional de Inovação (PRIAlg), que tinha desenvolvido no período anterior.

Neste Plano, a Região identifica⁵ um conjunto concentrado e restrito de setores (Estruturantes e Emergentes – Fig. 8) na base do qual estruturou a sua matriz de planeamento e a identificação de constrangimentos.

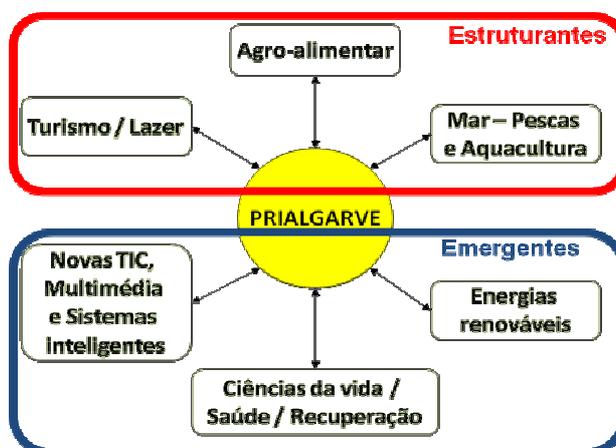


Fig.8 – Setores chave Regionais (In: PRIAlg – CCDR/UAIG)

⁵ Processo em desenvolvimento, sujeito a revisão.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Pela importância que pode assumir na liderança do futuro modelo produtivo da Região e na criação de emprego, este domínio chave tem uma dimensão transversal de intervenção, com impacto relevante nos restantes domínios.

Pela relevância assumida, e pela dimensão incontornável na afirmação estratégica da Região, o setor Turístico, mais do que parte do problema (que conduziu a região a um *lock in* setorial) é assumido como parte da solução, nomeadamente pelo papel que deve desempenhar nas articulações de relação com os restantes setores.

O turismo constitui o setor de atividade essencial da economia do Algarve. Na região, o setor do alojamento e restauração emprega 10,6% do pessoal ao serviço e gera 12,8% do produto criado a nível nacional no setor e é responsável por atrair cerca de 22% dos turistas estrangeiros que procuram o destino Portugal.

No Algarve localizam-se mais de 20% dos estabelecimentos de alojamento classificado existentes no País, correspondendo a cerca de 40% da capacidade de alojamento instalada⁶. A estes valores, devemos juntar a oferta de cerca de 200.000 fogos de usos não permanente (Censos de 2011).

Esta oferta, sendo abrangente a todo o território, apresenta no entanto, muitos desequilíbrios. Se se considerar apenas o número de estabelecimentos hoteleiros, verifica-se que:

- Cerca de 1/3 dos estabelecimentos (31,9%) encontra-se no município de Albufeira;
- Cerca de 62% dos estabelecimentos concentram-se nos municípios de Albufeira, Loulé e Portimão;
- Cerca de 85% dos estabelecimentos concentram-se nos municípios da faixa litoral Lagos-Faro.

Se se considerar a capacidade de alojamento verifica-se que:

- O município de Albufeira detém quase 40% da capacidade de alojamento da região;
- Os municípios de Albufeira, Portimão e Loulé concentram quase $\frac{3}{4}$ da capacidade de alojamento da região;
- Cerca de 90% da capacidade de alojamento da região encontra-se na faixa litoral Lagos-Faro.

Esta oferta, que resultou de diferentes ciclos de expansão das dormidas e de novos mercados (pós-74 e 2000), foi seguida por um período de oscilações, em termos de dormidas e proveitos, que pôs em causa a estabilidade do setor (e a região por inerência). Este período, entre meados dos anos 2000 e os nossos dias, embora ainda que marcado por um *upgrade* da oferta (hotéis e apart-hotéis de 4 e 5 estrelas, resorts integrados ancorados no golfe, associados aos investimentos de grupos nacionais e estrangeiros e de investidores privados), foi particularmente penalizador para a Região do Algarve, como se pode verificar na evolução das dormidas por NUTS II (Fig. 9).

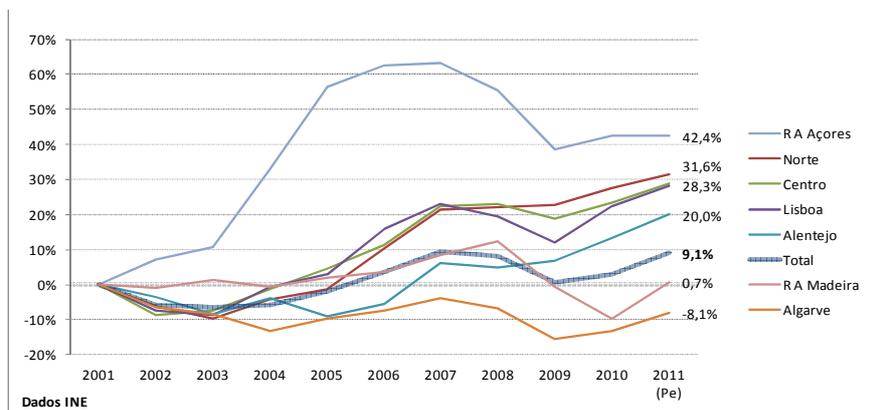


Fig.9 - Evolução das dormidas por NUTS II, 2001-2011 (In: Relatório Anual AHETA (2011))



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Esta variação é particularmente preocupante quando decomposos alguns dos elementos e indicadores turísticos que a sustentam e se conclui que estes decréscimos de desempenho, mais do que situações conjunturais, indiciam um comportamento consistente de origem estrutural. Estão neste particular o comportamento da evolução das taxas anuais de ocupação (**Fig.10**) com o Algarve a perder cerca de 12% entre 1995 e 2011, a evolução das receitas totais (**Fig.11**) com redução de cerca de 11% entre 2000 e 2011 e as perdas líquidas da duração das estadias por mercado emissor (**Fig.12**), onde o Algarve nos últimos 10 anos perdeu, em termos absolutos, 24% das dormidas no seu mercado mais tradicional (Reino Unido) e 50% naquele que deveria ser o seu mercado de crescimento (Alemão).

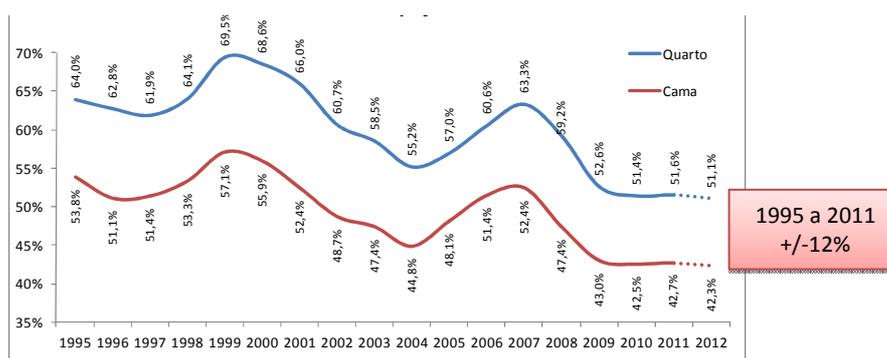


Fig.10 - Evolução das Taxas Anual de Ocupação, 1995-2012 (Fonte: AHETA 2012)

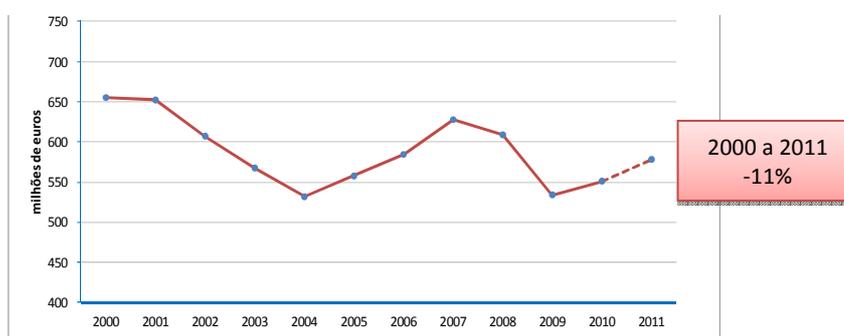


Fig.11 – Receitas Totais a Preços de 2011 – Algarve (Calculado com base em dados do INE, corrigido com IPC – Restaurantes e Hotéis) (Fonte: AHETA (2012))

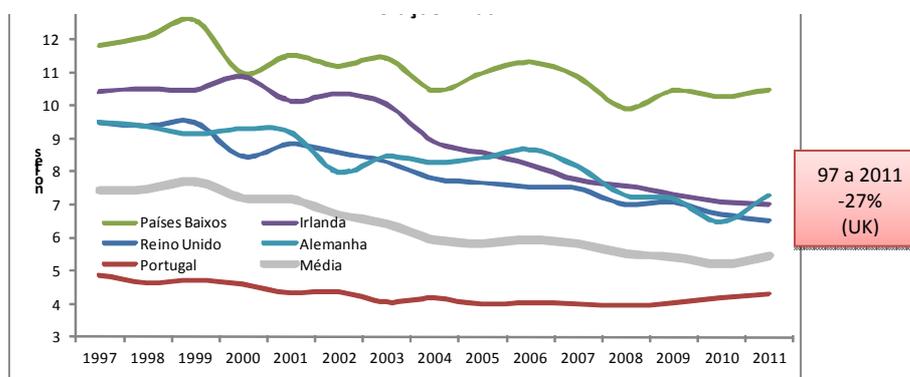


Fig.12 – Evolução Anual da Duração das Estadias 1997-2011 (Fonte: AHETA (2012))

Estes indicadores evidenciam a contínua perda de competitividade do setor, enquanto destino turístico, que após cerca de dez anos de estagnação, caminha perigosamente para uma tendência de declínio.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Situação que se agrava quando comparamos o nosso ciclo de vida com os destinos concorrentes⁶ no âmbito do Mediterrâneo (em fases de desenvolvimento ou consolidação).

Esta ameaça de “fim de um ciclo” fica patente quando analisamos a **Fig.13 e 14**, onde se demonstra claramente os sintomas estruturais deste tipo de destinos, que contrapõem o aumento continuado de oferta instalada de camas, preocupantes quebras na ocupação e declínios complexos nos proveitos.

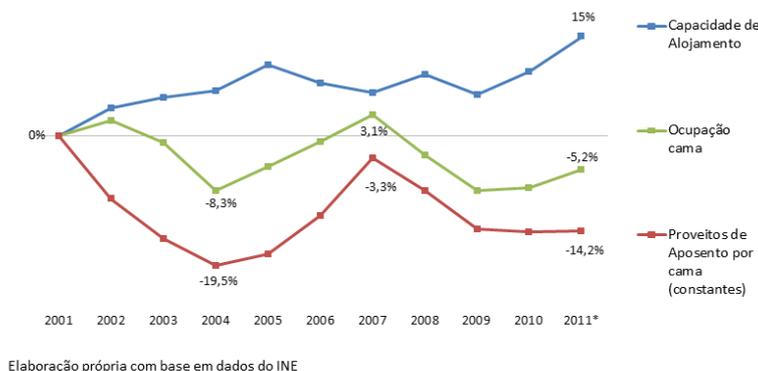


Fig.13 – Evolução Anual 2001-2011 (Fonte: AHETA (2012))

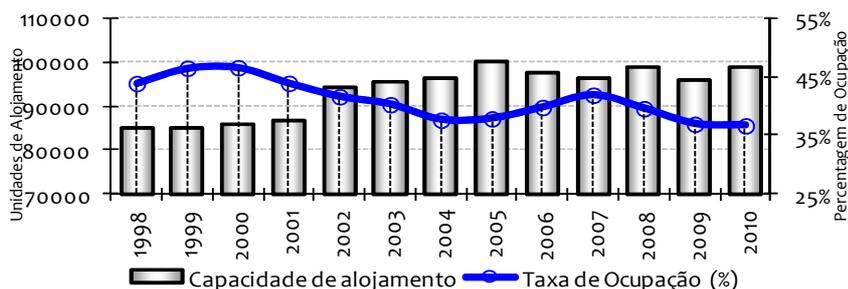


Fig.14 – Dinâmica da Taxa de Ocupação por Capacidade de Alojamento (Estatísticas do Turismo 1999 a 2010)
(Fonte: AHETA (2012))

A análise destes alertas é alvo do trabalho do COMPETITIVTUR, que em confronto com os destinos concorrentes⁷ (**Fig. 15**) coloca o Algarve muito próximo da área de risco dos destinos que, estando em perda continuada no número de dormidas, continuam a crescer em número de camas instaladas.

⁶ Projeto COMPETITIVTUR, projeto da CCDR Algarve, desenvolvido pelo Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo (CIITT/UALG) sob coordenação do Prof. Fernando Perna



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

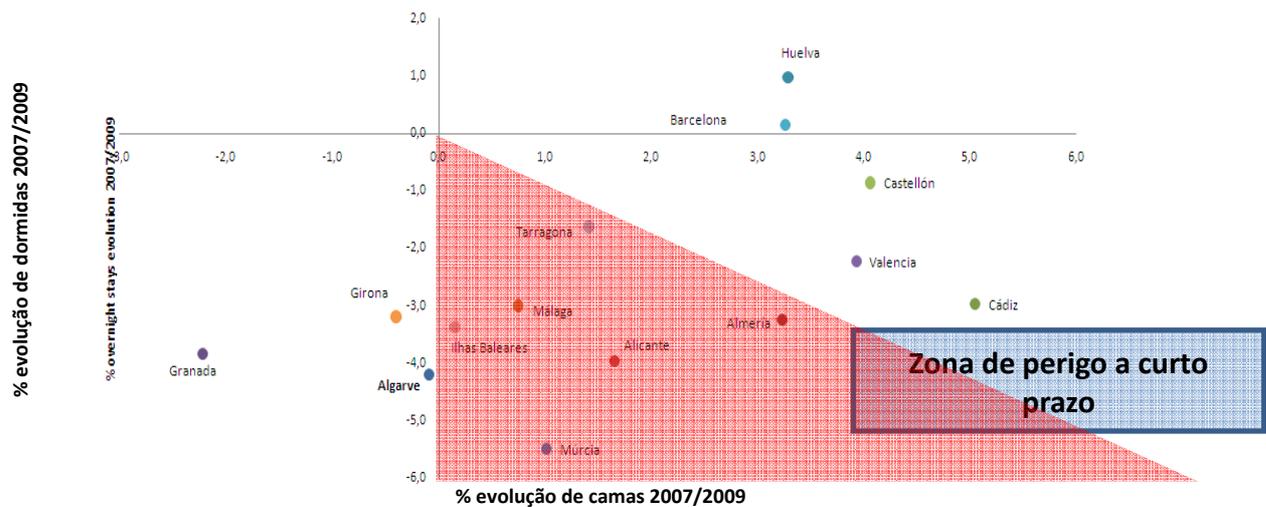


Fig.15 – Relação comparativa com destinos concorrentes de evolução de noites/evolução de camas instaladas
(Fonte: Competitivtur, CCDR Algarve/CIITT-UALG (2011))

O Algarve conseguiu (ou sentiu-se forçado) a abrandar esta dinâmica, à custa do declínio de setores subsidiários (e com um peso significativo no emprego e riqueza regionais, como a construção civil e afins), implicando que a região procure novos caminhos e soluções. Por um lado, consolidando novos produtos (com capacidade competitiva à escala global), preferencialmente em contra ciclo com a sazonalidade, estruturando novos territórios e inovando em conceitos e territórios que valorizem a oferta instalada. Por outro, tem que forçar as articulações virtuosas do setor com as restantes cadeias de valor (identificadas na Região, no âmbito da estratégia RIS3), preferencialmente com a introdução de inovação que force a captura de valor Regional. A aposta em produtos centrados num período alargado de fruição, e alavancados em complementaridades dos recursos e serviços especializados locais (como são por exemplo o Turismo Náutico, de Natureza, Sénior ou de Saúde), afirmam-se como caminhos de diversificação inter e intra setoriais.

Crescimento Inteligente – Síntese de Constrangimentos Chave (setores consolidados e emergentes)

- Acentuação da sazonalidade do setor do turismo associada ao produto que assenta no binómio sol/praias
- Forte vulnerabilidade do setor turístico a fatores externos da crise internacional, nomeadamente a europeia
- Reduzida articulação entre os setores agroalimentar, aquacultura, biotecnologias e turismo, com fraca incorporação de produção regional nos consumos da hotelaria
- Nível reduzido de investimento e fraca articulação entre público e privado em I&D na região
- Presença residual de empresas transformadoras de alta e média tecnologia
- Empresas regionais com baixa competitividade internacional e reduzida cultura de cooperação entre setores
- Desajustamentos entre a oferta e a procura de inovação e investigação
- Perda de atratividade internacional do destino Algarve
- Excessiva dependência do setor do turismo num número reduzido de mercados
- Setor turístico aparentemente com pouca apetência para a investigação
- Ausência de Centros/Pólo Tecnológico e dinamização de redes de cooperação que limitam a articulação com o tecido empresarial da região
- Dificuldade de atração de investimento estrangeiro para setores emergentes de valor acrescentado



II – Domínio Chave – Crescimento Sustentável

O crescimento sustentável, tal como assumido pela Região na sua estratégia 2007-2013, volta a assumir um papel estruturante na competitividade da Região. O território vê reforçado, neste exercício, o foco das abordagens integradas e a estratégia comum Europeia, reforça os desafios das temáticas do Crescimento Verde, da Eficiência Energética e das Energias Renováveis. Nesta aposta territorial integrada, o papel das cidades, como polos estruturantes do território é assumido com uma ênfase reforçada e obriga a uma análise transversal das intervenções e planeamento específico no âmbito do desenvolvimento Urbano Sustentável.

Depois de um crescimento de mais de 16% entre 1991 e 2001, o Algarve voltou a ser a Região do País com o **maior crescimento populacional**. A população residente passou de **395.218** para **451.005 habitantes** – um crescimento de **55.787 residentes**, o que corresponde a um **aumento de 14,1%** – destacando-se claramente quer das regiões com os segundo e terceiro maiores crescimentos, a R.A. Madeira (9,3%) e Lisboa (6,0%), quer do crescimento verificado para o total do País (2,0%).

A distribuição da população pelo território regional tem vindo no entanto a registar (em termos de peso relativo) uma concentração cada vez mais acentuada no litoral em contraponto com uma dinâmica menos significativa do barrocal e da serra. Se considerarmos o período de 30 anos entre 1981 e 2011 ocorreu um crescimento populacional significativo na faixa litoral, onde reside agora mais de 2/3 da população da região.

Se em 1981 a população residente no litoral era de 64,7%, 21,3% no barrocal e 14% na serra, em 2011 a população residente no litoral atinge os 73,2% do total, enquanto no barrocal desce a sua importância relativa para 19,5% e na serra apenas 7,3%. (Fig.16)

Na realidade, enquanto cerca de 27% da população algarvia vive em 80% do território regional, caracterizado por fracas densidades populacionais, desertificação humana e envelhecimento da população, economia rural pouco virada para o mercado e níveis de riqueza muito abaixo da média regional, com padrões de serviços e equipamentos coletivos desfavoráveis em termos relativos, a faixa dos 2 Km contados a partir da linha de costa (9% do território regional), acolhe 48,5% da população (Fig. 17).

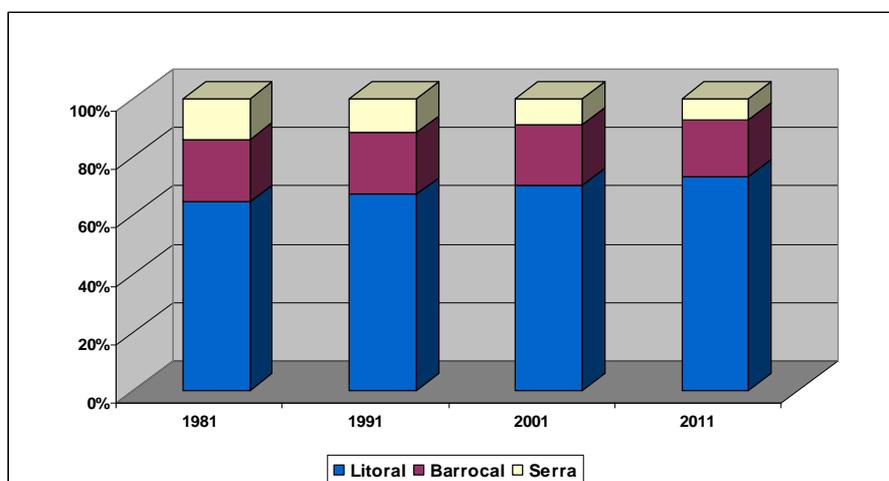


Fig.16 – Distribuição da População
(Fonte: INE)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

O litoral é o elemento mais marcante da Região, conjugando uma elevada sensibilidade ecológica com a implantação da maioria dos aglomerados urbanos de grande dimensão, a que corresponde também a concentração das atividades económicas motoras do desenvolvimento regional.

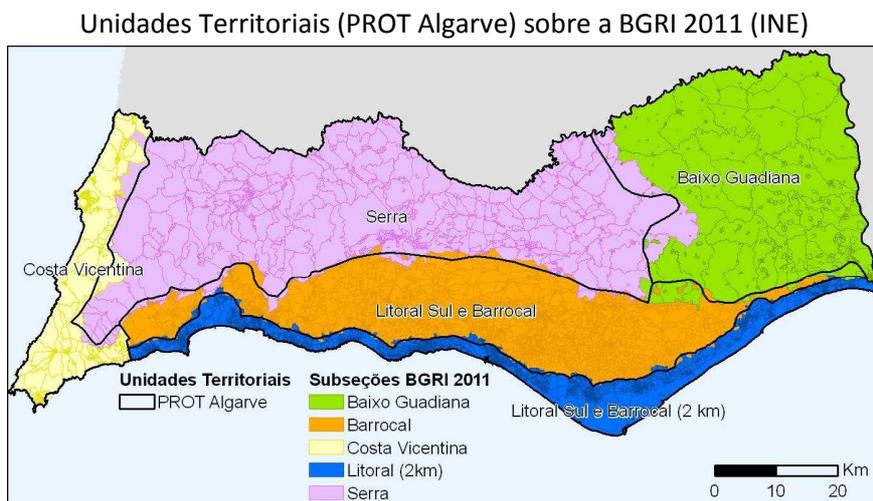


Fig.17 – Distribuição da População

(Fonte: CCDR Algarve e INE, Censos 2011 Resultados Provisórios)

Acréscimo mencionar que no período da realização dos Censos de 2011, que ocorreu nos meses de Março e Abril, na referida faixa dos 2 Km estava presente um número de indivíduos superior à população residente, na ordem dos 16.327, o que traduz um acréscimo de 7,48% em relação à população residente e demonstra a atratividade desta faixa do território.

Estes dados revelam a intensa pressão exercida sobre o litoral e o quase esgotamento dos espaços edificáveis na faixa costeira do Algarve, nem sempre com qualidade urbana, ambiental e paisagística nem adequadamente estruturadas em termos do ordenamento dos usos e atividades, infraestruturação, equipamentos, dotação adequada em espaços exteriores e em atividades de apoio ao turismo. Tendo presente esta realidade, torna-se evidente a necessidade de promover a intervenção, requalificação e valorização desta faixa costeira.

No que concerne à dinâmica do alojamento, importa destacar que o número de alojamentos e de edifícios, no intervalo censitário de 2001/2011, aumentou em todas as Unidades Territoriais (UT). Assinala-se que, apesar da população ter decrescido na última década nas UT do Baixo Guadiana e da Serra, o número de alojamentos aumentou 30,6% e 13,2% nestes territórios, o que vem reforçar o entendimento de que a segunda residência na região assume uma expressão considerável. (Fig. 18)



Dinâmica Demográfica e de Alojamento por UT (Censos 2001 e 2011)

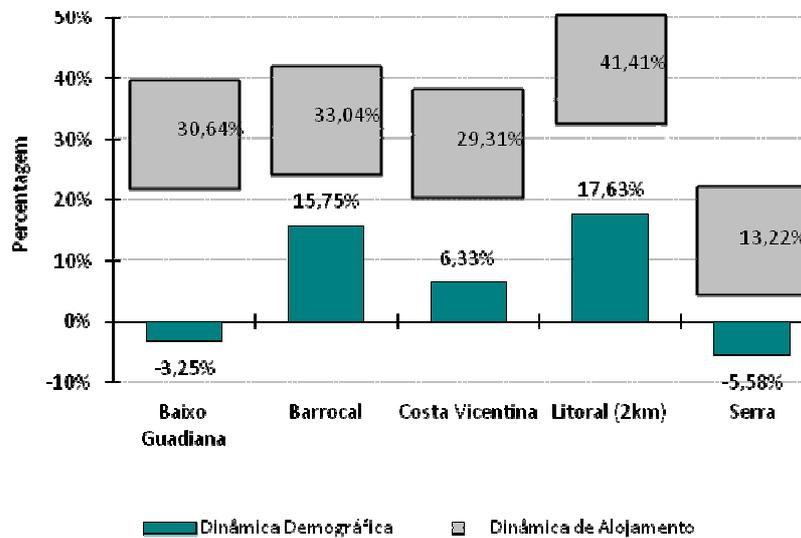


Fig.18 – Distribuição da População

(Fonte: CCDR Algarve e INE, Censos 2011 Resultados Provisórios)

Face ao exposto, importa evidenciar que a dinâmica do número de alojamentos, em todas as unidades territoriais, é consideravelmente superior à dinâmica da população.

A dinâmica dos alojamentos regionais desde 1981 até 2011 apresenta uma variação positiva de 167.81%, e a população residente neste intervalo temporal apresenta um acréscimo de 39,24%, pelo que se salienta o expressivo aumento dos alojamentos que estarão associados à componente imobiliária e ao fenómeno da segunda residência.

Conjugando o número total de alojamentos na região em 2011 (379.711) com o número de famílias existentes em 2011 (182.816), obtêm-se o número de alojamentos que não estão afetos à residência habitual (196.895).

Nestes termos, face à dimensão média do agregado familiar (≈ 2.46 habitantes), poder-se-á inferir que o Algarve tem uma capacidade adicional de alugar mais 484.362 indivíduos, valor que corresponde a 107,4% da população residente (duplicando, portanto, o valor apurado nos censos de 2011, para a região do Algarve) e a 4,58% da população do País. (Fig. 19)

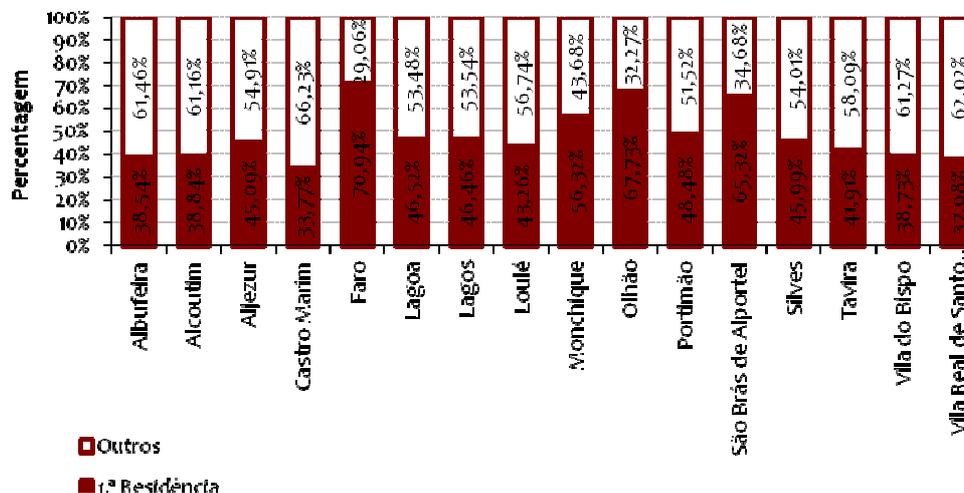


Fig.19 – Alojamentos Familiares por Concelho (Fonte: CCDR Algarve e INE, Censos 2011 Resultados Provisórios)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Esta dinâmica introduzida fundamentalmente pela atividade turística, resultou na afirmação do setor da construção civil (2010) como o quarto setor que mais contribui para o VAB regional, menos relevante do que a atividade imobiliária, que regista a terceira posição no ranking regional.

O número de licenças concedidas na região, entre 1999 e 2002, refletia a dinâmica deste setor, tendo crescido 25% na região. Contudo, a partir de 2002, o número de licenças tem vindo a decrescer abruptamente, tendo-se registado entre 2002 e 2010 uma diminuição de 67,29%, o que também se verificou no País, que, naquele período, apresentou um decréscimo de 54,92%. (Fig.20)

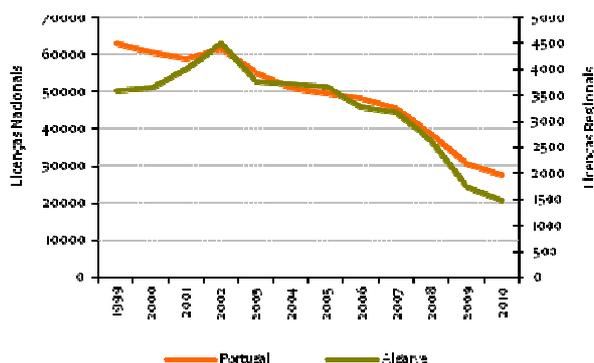


Fig.20 – Dinâmica do Número de Licenças Emitidas (Anuários 1999 a 2010)

Ao nível concelhio, este decréscimo das licenças emitidas ocorreu em todos os concelhos da Região. Os concelhos de Loulé, Lagos, Albufeira e Lagoa foram aqueles que mais contribuíram para o enfraquecimento da dinâmica do setor, tendo registado uma variação negativa muito expressiva entre os anos de 1999 e 2010, dado que são precisamente estes municípios os que maior número de licenças emitem. Em conjunto, estes municípios, entre os anos de 1999 e 2010, emitiram 43,57% (17.072) do total das licenças contabilizadas no Algarve (39.183 licenças).

Merece destacar que a taxa de variação do número de licenças emitidas por concelho entre 1999 e 2010 apresenta diferenças na ordem dos -84,03 % no concelho de Lagoa, -81,17% no concelho de Lagos, -74,72% no concelho de Portimão e de -72,35% no concelho de Castro Marim. (Fig.21)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

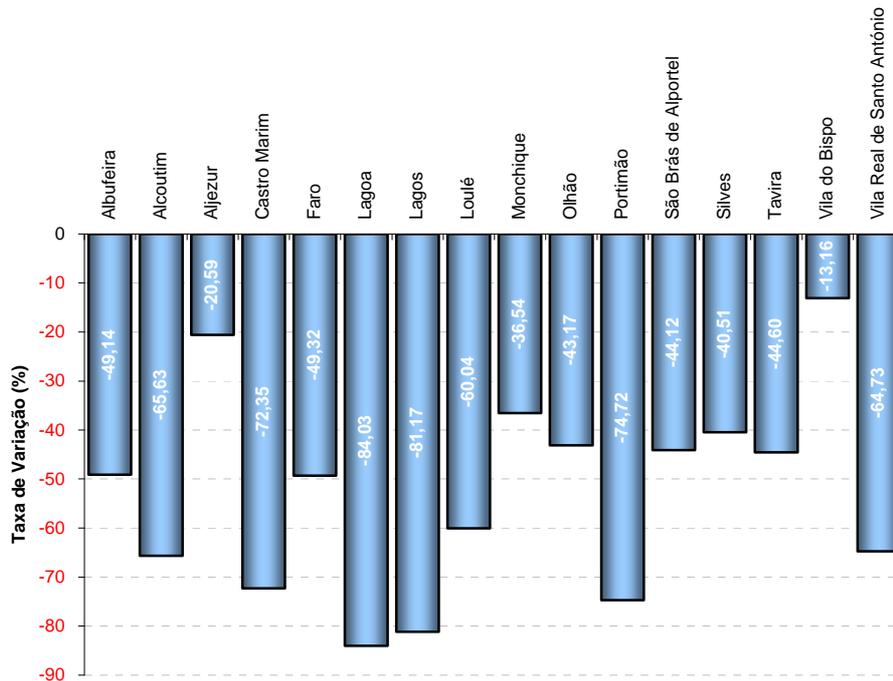


Fig.21 – Taxa de Variação do Número de Licenças Emitidas por Concelho (1999 / 2010) (Fonte: INE)

A existência de políticas nacionais urbanas erradas ao longo das últimas 3 a 4 décadas em que as atividades imobiliárias e dinâmicas de construção civil não foram enquadradas por uma política de solos e por processos de planeamento qualificantes, articulados e eficazes, conduziram à inibição do mercado de arrendamento urbano com desqualificação e desertificação dos centros históricos e expansão desordenada das periferias.

A crise económica e financeira e o envelhecimento da população veio acentuar a degradação dos ativos imobiliários e patrimoniais contribuindo para a emergência de problemas de exclusão e isolamento social.

Estas questões assumem dimensões particularmente mais expressivas no Algarve por via do peso dos fenómenos da atividade turística e da especulação imobiliária com dimensões acrescidas de edificado não habitado em permanência que aumenta o risco de degradação das zonas urbano-turísticas e consequente perda de competitividade.

O atual processo de programação procura um modelo de ocupação do território mais equilibrado entre as atividades humanas e a estrutura biofísica de suporte, base estratégica dos ecossistemas modificados pelo homem. A sustentabilidade das principais áreas e núcleos urbanos da região do Algarve passam por ações estratégicas concertadas nas áreas sócio/económicas do urbanismo, energia e ambiente com o objetivo de tornar a região mais forte na sua identidade cultural, mais justa socialmente, mais competitiva e diversificada a nível económico, mais sensibilizada para a boa gestão dos valores dos seus recursos ambientais e menos consumidora de combustíveis fósseis, procurando reduzir a emissão de CO₂ e apostar em energias não poluentes. Uma sustentabilidade da cidade deverá ser globalmente centrada no equilíbrio dinâmico entre a preservação da biodiversidade e o modo de vida do homem (equidade social, produtividade, competitividade, mitigação das mudanças climáticas, saúde, habitabilidade, bem estar social).



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

O tipo de ocupação espacial no Algarve (particularmente no litoral) nem sempre foi coerente com os valores da paisagem requerendo uma avaliação do efeito das diversas intervenções territoriais que se levaram a efeito nas últimas décadas. Por isso a gestão e a eficiência dos atuais recursos endógenos (material e imaterial) obriga a uma reflexão que conduza a partir da dinâmica do território, a novos paradigmas de cidade, mais inteligentes e imaginativos, nomeadamente quanto à ocupação do solo, à revitalização e reabilitação dos seus centros históricos, às infraestruturas e ao seu desempenho energético.

Ainda no contexto das preocupações da estratégia 2020 merece destaque o desafio lançado à região na temática energética. Face às atuais crises energéticas e às condições particulares favoráveis da exposição solar na região, a temática das energias renováveis assume maior importância, destacando-se as implicações sócio ambientais subjacentes ao consumo de energia, de forma a responder aos desafios emergentes das alterações climáticas e de reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Assim, torna-se necessário promover outras formas de produção que se apresentam como alternativas à atual dependência das fontes de energia esgotáveis provenientes de combustíveis fósseis como o petróleo, o carvão e o gás natural.

As fontes renováveis de energia são apresentadas como a principal alternativa para responder à procura da sociedade no que respeita a qualidade, segurança e redução dos impactes ambientais negativos, dado que se caracterizam por serem fontes de energia limpa, isto é, não produzem gases de efeito de estufa nem outros agentes de poluição.

A produção de energia do Algarve embora relativamente insignificante no total nacional (0,73%), também devido à reduzida dimensão do seu território, cresceu significativamente entre 2007 e 2010 (cerca de 144% ao ano contra 4,7% no país) - Fig.22.

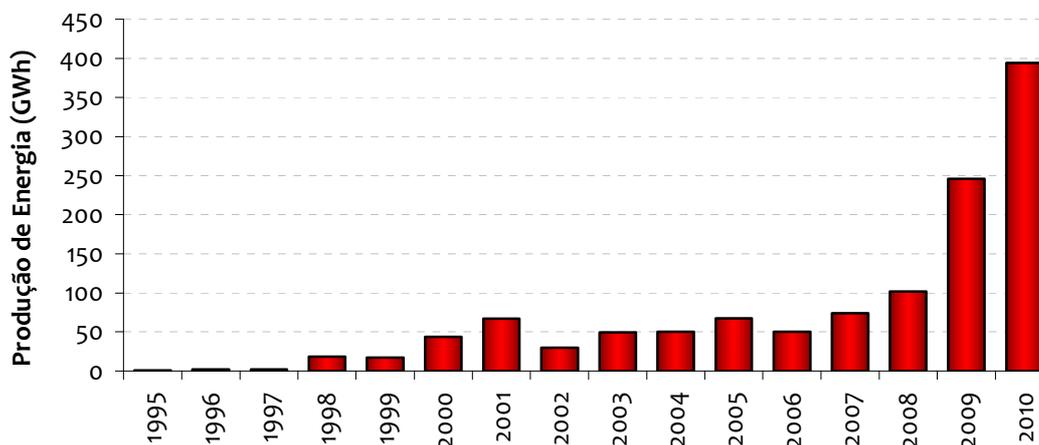


Fig.22 - Distribuição da Produção Bruta de Energia Elétrica na Região do Algarve (Estatísticas de Energia 1995 a 2010)
(Fonte: INE, Estatísticas de Energia 1995 a 2010)

Em 2010 a região destacava-se também no panorama nacional pela quase exclusividade de produção através de fontes renováveis (98,6%), apresentando em 2012 uma potência instalada para a produção de energia eólica que se situa em 4º lugar das 7 regiões portuguesas (à frente do Alentejo).

A potência instalada para a produção de energia fotovoltaica representava em 2012 cerca de 15% do total nacional (2º lugar do país a seguir ao Alentejo).



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

A evolução do consumo de energia elétrica na última década registou acréscimos superiores à média do País demonstrando uma preocupante desproporcionalidade entre o crescimento dos consumos (88%) e da população (23,5%) (Fig.23). Esta dinâmica de crescimento do consumo deve-se sobretudo aos consumos domésticos e turísticos, sendo que para estes últimos será igualmente responsável a população flutuante (turística).

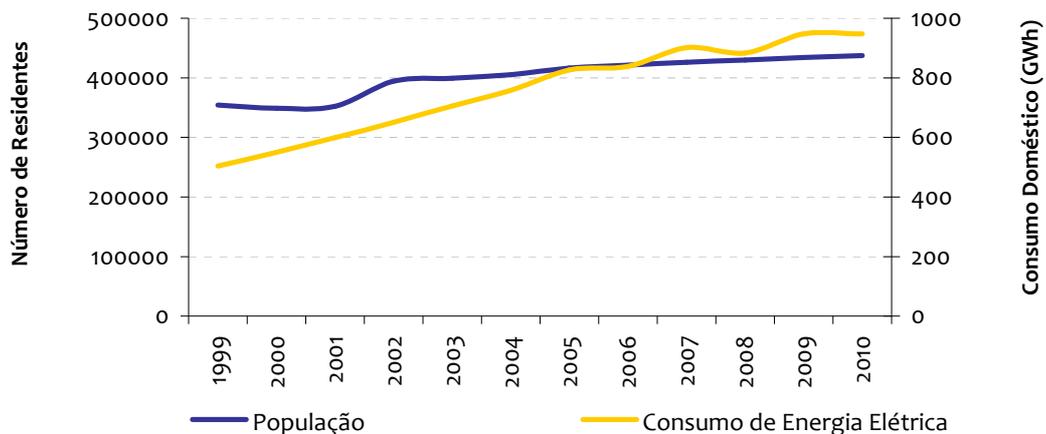


Fig. 23 - Dinâmica da População Residente e do Consumo de Energia Elétrica Doméstica na Região do Algarve (Anuários Estatísticos 1999 a 2010, Estatísticas dos Consumos de 1999 a 2010)

(Fonte: INE, Anuários Estatísticos (1999 a 2010), DGEG, Divisão de Planeamento e Estatística (1999 e 2010))

A Região do Algarve apresenta a par de Lisboa os valores mais expressivos de dependência energética (deficit) ao contrário das restantes regiões do País em que o balanço entre a produção e o consumo de energia elétrica é em geral positivo (Fig.24).



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

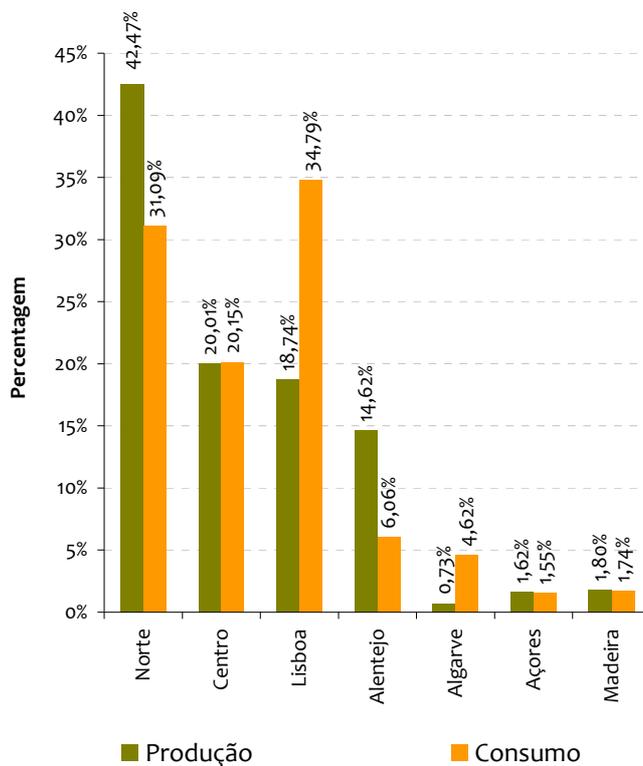


Fig. 24 - Distribuição por Região da Produção e do Consumo de Energia Elétrica (2010)

(Fonte: DGEG, Divisão de Planeamento e Estatística (2010), INE, Estatísticas de Energia de 2010)

Um dos objetivos a prosseguir no futuro será por isso a redução desta dependência através da contenção do crescimento dos consumos e do aumento da produção a partir de fontes renováveis.



Crescimento Sustentável – Síntese de Constrangimentos Chave

- Insuficiente oferta de serviços de transportes públicos, da rede regional ferroviária e da implementação de sistemas intermodais
- Subaproveitamento dos portos comerciais de Faro e Portimão
- Problemas financeiros e de articulação das entidades envolvidas no setor dos transportes dificultam a concretização do metro de superfície na zona central do Algarve
- Necessidade atual de importar grande parte das componentes materiais requeridas pela instalação de energias renováveis e de soluções tecnológicas alternativas
- Planos de prevenção de risco regionais (incêndios, sismos, inundações/tsunamis, erosão da faixa costeira entre outros) por completar/implementar.
- Ocupação disfuncional com necessidade de requalificação urbana, ambiental e paisagística da faixa litoral
- Conflito de usos na faixa marinha (governança, aquicultura, pesca, navegação)
- Ocupação de zonas de risco face ao cenário de alterações climáticas
- Agravamento da erosão dos sistemas dunares como consequência das alterações climáticas
- Crise financeira das autarquias com efeitos na dificuldade em garantir a manutenção das infraestruturas regionais.
- Elevada concentração urbanística junto ao litoral e desertificação do interior
- Necessidade de consolidar a articulação do sistema urbano regional
- Aumento do número de fogos destinados à segunda residência nas zonas turísticas e de fogos vagos e degradados nas áreas urbanas tradicionais.
- Deficiente rede de ciclovias intraurbanas – vias dedicadas
- Emergência de fenómenos de exclusão social com deficiente rede de serviços de apoio social nas zonas urbanas
- Risco de sustentabilidade económico-financeira da rede de equipamentos
- Abandono de empreendimentos turísticos e sua degradação (questão da imagem e de segurança)
- Pressão demográfica sazonal, prejudicando a eficiência dos serviços urbanos e a gestão de equipamentos e infraestruturas
- Expansão urbanística para as periferias e zonas rurais com desertificação e degradação dos centros históricos
- Problemas de sustentabilidade do mercado de arrendamento urbano
- Entrave à reabilitação urbana dos centros históricos por dificuldades de financiamento de reabilitação com fins lucrativos à habitação
- Falta de articulação e integração dos aspetos físicos, económicos, fiscais, oferta de emprego, inclusão social nas políticas conducentes à regeneração urbana de territórios desqualificados
- Insuficiente articulação dos agentes económicos do interior com as empresas do litoral ou que aí operam
- Crescente desertificação do solo e diminuição das reservas hídricas subterrâneas.



III – Domínio Chave – Crescimento Inclusivo e Capacitação Regional

O desafio da Inclusão, colocado pela estratégia da EU 2020, encontra a Região num momento crítico dos seus indicadores sociais. As questões da pobreza e inclusão, o ajustamento das capacitações para os novos desafios do desenvolvimento inteligente (*new skills for new jobs*), os valores históricos dos níveis de desemprego, obrigam a encarar esta intervenção transversal com uma nova abordagem multifundo e multinível, obrigando à capacitação dos atores regionais e ao envolvimento dos diferentes setores.

Aos tradicionais desafios das assimetrias litoral/interior, acrescem agora os desafios colocados pela incapacidade do modelo económico gerar emprego, impondo novas assimetrias entre municípios (mesmo que localizados no litoral), e a criação de novas classes de exclusão (que atingem todas as gerações e os diferentes níveis de capacitação e habitações). Esta realidade impõe renovados desafios à região, no sentido de descobrir formas de intervenção mais consequentes.

No âmbito da dinâmica populacional, abordada anteriormente, o Algarve regista em 2010 taxas de natalidade de cerca de 11‰ (valor superior ao registado quer no país (9,5 ‰) e na União Europeia (10,2‰)) e taxas de mortalidade de 10,3 ‰ (valor idêntico ao registado em Portugal (10 ‰) mas superior ao da UE (9,7‰)).

As taxas de crescimento na região (natural, migratório e efetivo) entre 2001 e 2011 foram, por sua vez, em regra mais favoráveis do que as das restantes regiões e superiores às do país. Assim, em 2001 a região apresentava uma taxa de crescimento efetivo de 1,95%, a mais elevada de todas as regiões e superior à do país que era de 0,71%. Em 2011, embora positiva, desce para 0,83% na região, e no país para -0,01%. Esta situação reflete uma dinâmica positiva na natalidade e no saldo migratório, mas que ao longo destes anos tem vindo a diminuir de intensidade.

No que respeita à população residente nos municípios registam-se alterações diferenciadas em termos de valores e sentidos na evolução ocorrida entre 2001 e 2011. Apenas 4 municípios – Albufeira, Portimão, Lagos e Loulé – registaram crescimentos populacionais superiores ao da média da Região; 9 municípios tiveram crescimentos populacionais inferiores ao da Região (mas superiores ao do País: 2,0%); e em sentido inverso 3 municípios registaram decréscimos populacionais – Vila do Bispo, Monchique e Alcoutim.

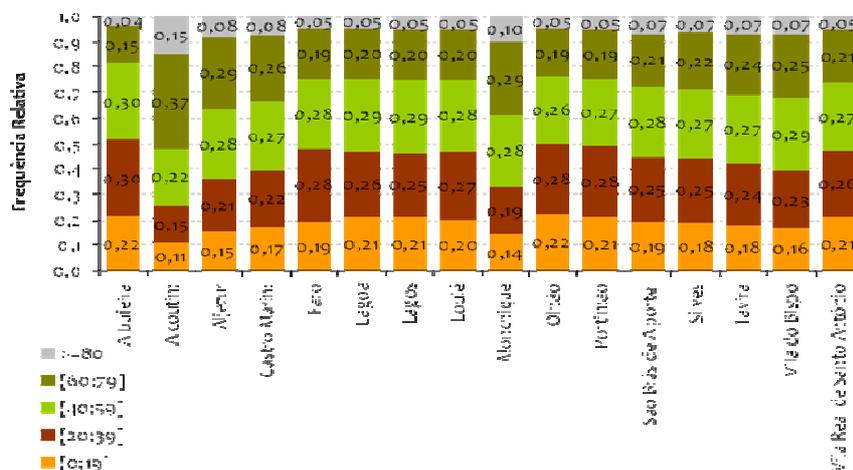


Fig.25 – População Residente por grupo etário (Fonte: INE, 2011)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Os residentes com idade inferior a 25 anos constituem atualmente 25% da população residente, os seniores (+65 anos) são 19,6% do total da população, percentagem que apenas é superada nas regiões do Alentejo e Centro. Este peso da população idosa tende a agravar-se, sobretudo nas áreas serranas, onde, nalguns concelhos, o número de idosos chega a ser três vezes superior ao dos jovens com menos de 15 anos.

O crescimento populacional registado induziu uma evolução positiva da taxa de atividade. Em 2011 era de cerca de 62% e supera ligeiramente a média do país que era 61%. Num contexto em que a participação feminina no mercado de trabalho tem vindo a crescer, a taxa de atividade feminina mantém-se ainda inferior à masculina (em 2011 era de 56% no Algarve e de 55% em Portugal, enquanto a masculina era de cerca 68%, igual à registada a nível nacional).

As problemáticas da valorização dos Recursos Humanos e do Emprego adquirem particular relevância no horizonte do próximo período de programação dos Fundos Estruturais, pelos contributos que devem proporcionar para a Estratégia 2020, no que respeita à qualificação dos recursos, promoção do emprego e dos fatores de competitividade regionais, e, simultaneamente, pelas exigências de respostas que decorrem da coesão social.

Em termos mais estruturais, o sistema regional de emprego, fruto do dinamismo da demografia empresarial, assenta na procura de baixos níveis de qualificação, numa forte mobilidade profissional e numa reduzida fixação de competências escolares de base técnica, situação reforçada pela dimensão sazonal da oferta. Este quadro tem vindo a assumir dimensões preocupantes, quando confrontado com a evolução pouco favorável dos indicadores associados ao mercado de trabalho.

A taxa de desemprego tem vindo a crescer nestes últimos anos. Se considerarmos o período entre 2004 e 2012 verifica-se que a taxa de desemprego na região passou de 5,5% para 17,9%, o que corresponde a um acréscimo de 12,4 pontos percentuais. Desde 2009 que a região apresenta taxas de desemprego superiores à média nacional, cujo valor atingiu 15,7% em 2012.

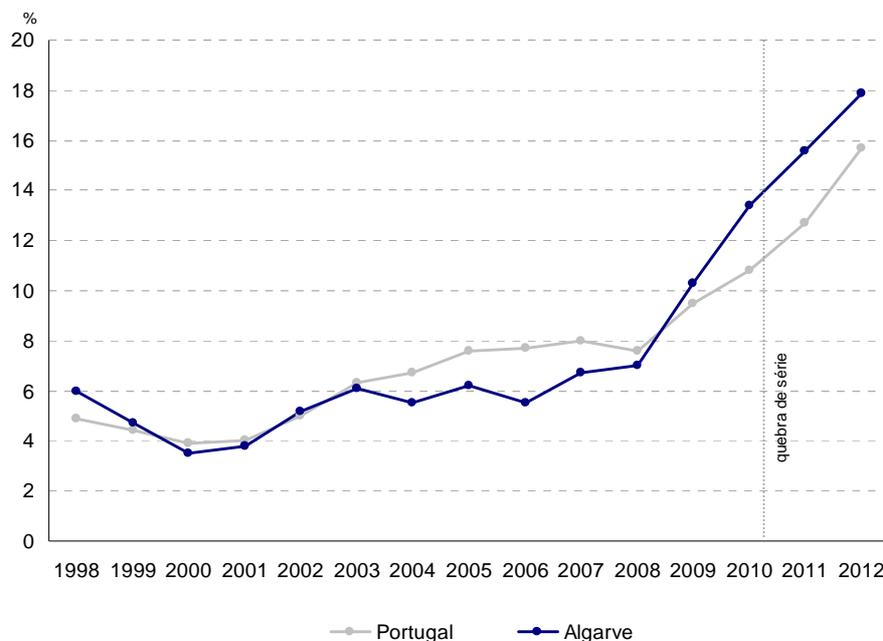


Fig.26 – População Desempregada (Fonte: Inquérito ao Emprego, INE)

O desemprego jovem regista um acréscimo assinalável neste mesmo período (2004-2012) com elevado incremento da taxa de desemprego, de 14,1 para 40,3%. Mais uma vez a região regista um valor superior ao verificado no país (37,7%).



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Taxa de desemprego	
dos jovens (2012)	40,3%
dos ativos sem escolaridade obrigatória (2012)	18,8%
dos ativos com ensino superior (2012)	11,3%

Os níveis de desemprego continuam a apresentar oscilações resultantes da sazonalidade das ocupações nas atividades de especialização. Existe, no entanto, um conjunto de traços estruturais de caracterização, tendo presente a evolução dos últimos doze meses (período Dezembro de 2011 a Dezembro de 2012):

- Volume de desempregados inscritos nos Centros de Emprego da região a oscilar entre 31,7 mil e os 35,6 mil indivíduos (valores no fim, do trimestre); predominantemente do sexo masculino, o que contraria a tendência registada em anos anteriores;
- Cerca de metade dos desempregados tem idades compreendidas entre os 25/49 anos
- 10% dos desempregados sem qualquer nível de escolaridade e cerca de 35% com escolaridade igual ou inferior a seis anos;
- O relativo crescimento do volume de inscritos tende a refletir uma capacidade de absorção, por via da sazonalidade, conforme decorre dos valores referentes ao período do Verão mas que tem vindo a decrescer face a períodos anteriores (por exemplo, em Agosto de 2011 estavam registados 19.244 desempregados e um ano volvido 26.474);
- O peso muito significativo dos desempregados à procura de novo emprego (96% dos inscritos), a par de uma elevada rotação emprego/desemprego que estabelece uma pressão significativa sobre o subsídio de desemprego e os apoios à contratação.

A análise dos níveis de habilitação da população empregada evidencia défices acentuados de qualificação escolar (e também profissional) dos ativos da região, com destaque para as atividades turísticas que pressionam saídas precoces do sistema escolar e não estimulam o investimento na formação de ativos, em resultado do predomínio de relações precárias de trabalho nas empresas dessas atividades.

A proporção de população ativa sem escolaridade ou com escolaridade igual ou inferior ao 3.º ciclo do ensino básico ainda representava em 2012 cerca de 57%, valor ligeiramente inferior ao registado no país (59%).

Numa região com uma oferta consolidada de formação escolar média e superior, a percentagem de população empregada por conta de outrem com formação superior (2012) é de 20,3%, quando a média do país se situa nos 22,6%.

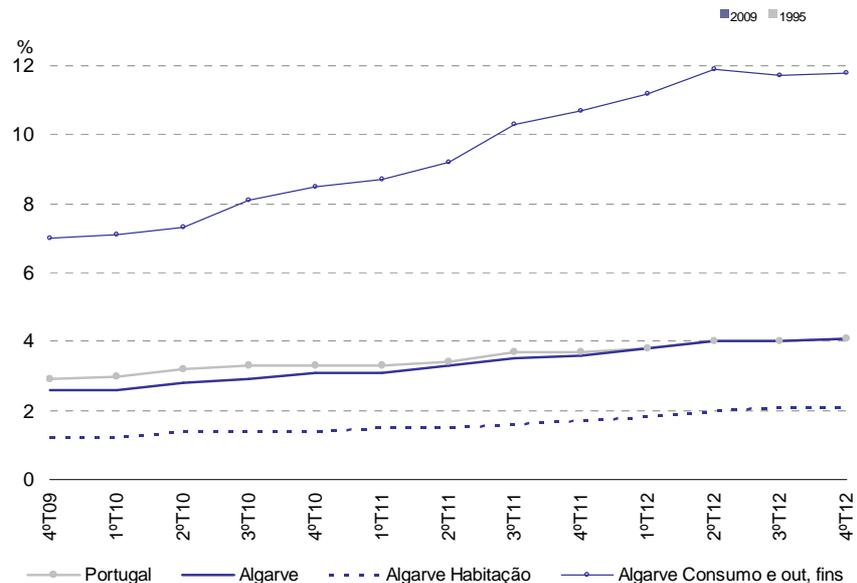
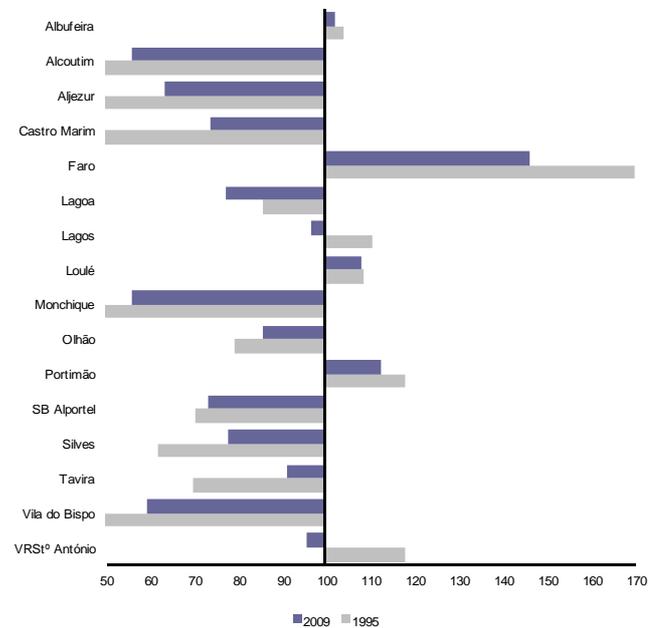
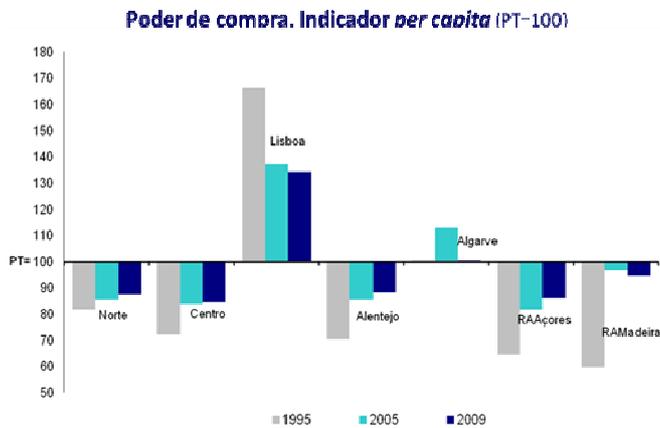
	ALGARVE	PORTUGAL
Taxa de escolarização no ensino superior (2010/2011)	19,7%	31,5%
Inscritos em áreas C&T no ensino super. (2010/2011):	27,1%	28,9%
Aprendizagem ao longo da vida (2012)	9,8%	10,6%
Pop. ativa seg. nível escolaridade + elevado completo (2012)		
Básico 3º ciclo	24,3%	22,0%
Secundário e pós-secundário	25,4%	21,7%
Superior	17,3%	19,5%

O desenvolvimento dos indicadores do modelo económico regional penaliza, no contexto da inclusão, setores significativos da população e dos seus agregados familiares, gerando novas assimetrias e ruturas que importará ter em conta no processo de planeamento. Neste contexto, merece particular atenção o



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

ritmo de endividamento das famílias e as assimetrias do poder de compra concelhio que demonstra serem já assinaláveis entre concelhos litorais, que se sobrepõem às tradicionais ruturas entre litoral/interior.



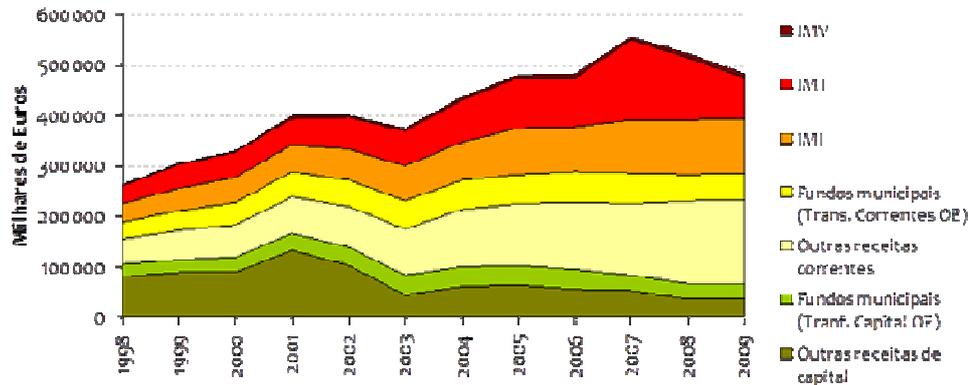
Endividamento das Famílias (crédito vencido em percentagem do crédito concedido) (Fonte: Banco de Portugal)

Ao nível da capacitação institucional vale a pena realçar os investimentos realizados pelos municípios nos últimos anos no que diz respeito à racionalização e modernização dos serviços. O esforço de trabalho em rede e de racionalização dos procedimentos tem apresentado resultados positivos ao nível municipal.

A crescente perda de receitas e o crescimento das despesas das autarquias tem, no entanto, criado condições de endividamento condicionando a sua capacidade de atuação regional, e de prestação de serviços à região, o que poderá no futuro vir a agravar-se.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

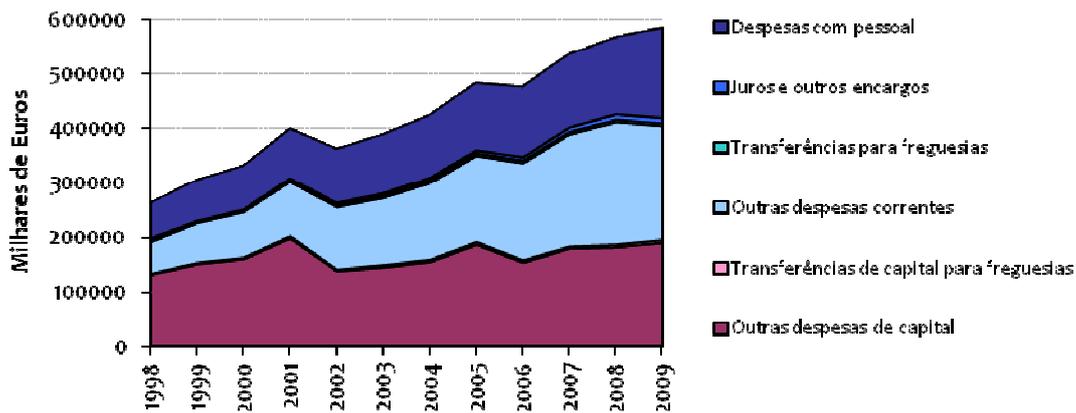


Entre 2007 e 2011 o Algarve perde 64% do IMT (300 ME) - Portugal perdeu 44%

Fonte: INE, Anuários Estatísticos de 1999 a 2010

Dinâmica Anual do Valor Acumulado das Receitas Municipais (Anuários 1999 a 2010)

(Fonte: INE, Anuários Estatísticos de 1999 a 2010)



Dinâmica Anual do Valor Acumulado das Despesas Municipais (Anuários 1999 a 2010)

(Fonte: INE, Anuários Estatísticos de 1999 a 2010)

A aposta na qualificação da administração pública e no aumento da eficiência do estado deverá ser uma constante no próximo período de programação, garantindo uma maior eficiência de aplicação das políticas públicas. Esta aposta deverá passar por uma administração eletrónica e pela interoperabilidade semântica dos sistemas, reduzindo custos de contexto e aumentando a eficiência e a eficácia da administração.



Crescimento Inclusivo – Síntese de Constrangimentos Chave

- Oferta educativa/formativa pouco focada nos resultados ao nível da empregabilidade
- Reduzida capacidade e apetência empresarial para a incorporação de ativos com formação avançada, agravando a tendência de crescimento absoluto do desemprego nos segmentos dotados de habilitação média e superior, nomeadamente jovens
- Aumento do desemprego de longa duração
- Tendência de aumento do desemprego de longa duração em ativos qualificados
- Situações de pobreza e exclusão social acentuadas pela redução do período sazonal ativo
- Aumento considerável de pessoas em situações de vulnerabilidade social, nomeadamente pessoas sem-abrigo, para as quais não existe resposta na região e que não têm acesso às medidas de proteção social
- Surgimento de novas formas de pobreza a que as respostas tradicionais não estão capacitadas para resolver

Capacitação – Síntese de Constrangimentos Chave

- Centros de decisão externos à região
- Pouca tradição de planeamento, gestão e avaliação participada
- Falta de articulação e elevado número de entidades com competências de decisão/parecer ou sobreposição de competências
- Complexidade dos modelos de governação dos sistemas de apoio aos empresários
- Ausência de cadastro de usos e ocupações do domínio hídrico
- Inexistência de interoperabilidade entre a maior parte dos sistemas da administração
- Elevado nível de endividamento das autarquias
- Reduzida capacidade de participar em redes/plataformas de Ciência e Tecnologia, nacionais e internacionais



Desafios Regionais

Tendo por base os constrangimentos apresentados e a síntese do diagnóstico elaborada, colocam-se à Região do Algarve, em linha com a estratégia Nacional de orientação para os objetivos da EU 2020, um conjunto significativo de desafios:

Desafios Regionais ao Crescimento Inteligente:

- Reforço da competitividade, qualidade e atratividade do turismo algarvio
- Dinamização da economia do mar de forma inovadora e sustentável
- Desenvolvimento tecnológico das empresas, em particular nas áreas prioritárias/clusters da RIS3
- Inovação e modernização empresarial

Desafios Regionais ao Crescimento Sustentável:

- Promoção da eficiência energética
- Melhoria do ambiente urbano
- Otimização dos sistemas de águas e resíduos
- Prevenção de riscos decorrentes de alterações climáticas
- Proteção e qualificação de recursos ambientais
- Promoção do transporte ambientalmente sustentável
- Revitalização do mundo rural de forma a aumentar o contributo das zonas de baixa densidade para a economia regional

Desafios Regionais ao Crescimento Inclusivo:

- Aumento da empregabilidade através da qualificação dos jovens e de atualização de aptidões e competências de ativos
- Promoção do empreendedorismo e da criação de emprego
- Dinamização da economia social

Desafios Regionais à Capacitação:

- Incremento das capacidades institucionais e técnicas dos atores públicos regionais